



Representantes de Escola



Subsídios

Encontro dos Professores

30 de outubro de 2015

Edição nº 14

Boletim

Há décadas no CPP acontecem reuniões com professores, professoras representantes e a diretoria. A partir de 2011, o então nominado “Encontro dos Professores Representantes de Escola” ganhou força: foram criados canais de comunicação entre a entidade e os representantes: na Sede Central/SP o correio eletrônico, no site e na TVCPP o “Espaço do Representante”. Nesta época, teve início a transmissão ao vivo da apresentação do tema principal do Encontro.

Como fazer o sonho coletivo?

Não há solução individual

porque educação

é trabalho de todos.

Até quando vamos discutir?

- sempre!

Queremos ser coletivo, nossa força é isso:

Sermos “junto”.

Maria de Lourdes M. V. Andrade

A edição nº 14 do “Boletim Representante” é o resultado da sistematização das análises encaminhadas à coordenação do Encontro pelos Diretores e Diretoras das Sedes Regionais e das conclusões das discussões na Sede Central a respeito da formação e carreira do profissional da educação. O Boletim nº 15 abordará as questões referentes à prática pedagógica e às vivências cotidianas dos profissionais na escola.

Dos relatórios

Com a palavra os profissionais da educação

Novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação.

José Carlos Libâneo

A formação profissional

Na quase totalidade dos relatórios, os educadores questionam a qualidade da formação inicial e continuada.

Para eles, os currículos dos cursos superiores não os preparam para o exercício do seu ofício e não estão de acordo com a realidade e necessidade dos estudantes. Argumentam que os cursos de formação (inicial e continuada) são organizados por temas e/ou disciplinas que não se “conversam”; em geral, os estudantes, futuros profissionais, são agrupados por especialidade e pouco ou nunca discutem a prática em sua complexidade, e, quando isso ocorre, a análise não é feita a partir do lugar onde ela acontece: a sala de aula, a escola.

Nos relatórios, questionam a ambiguidade entre o discurso oficial e a formação para o exercício da profissão. O discurso ressalta o papel do profissional na formação do homem em todas as suas dimensões, a necessidade da superação da fragmentação dos currículos, da superação da cisão entre teoria e prática, mas na prática o que se vê são os cursos rápidos, currículos pobres e que têm pouca ou nenhuma interação com os currículos escolares.

Estes problemas aumentam quando, já em exercício, os profissionais, em geral, pouco preparados, se deparam com projetos “inovadores” implantados a cada governo, sem a avaliação dos anteriores, sem que se garanta a formação continuada e sem que se faça o acompanhamento do “novo”.

Os representantes apontam em suas considerações desdobramentos da formação precária. O que chamou muito a atenção, por ter sido mencionada pela primeira vez desde 2011, época do início dos relatórios, foi a crescente discriminação dos profissionais tidos como “mal preparados” na escola, inclusive pelos estudantes. Esta situação afeta os relacionamentos e contribui para a baixa autoestima e a visão negativa da identidade do educador.

Outra constatação que causa mal-estar na categoria é o fechamento de cursos para formação docente, o que para os representantes, confirma a desvalorização da profissão.

*Compreender supõe, antes de tudo,
perguntar-se algo e abrir com isso
um espaço de novas
significações e sentidos.*

Josep Maria Puig

Nos relatórios é abordada a campanha de grande parte da mídia contra a escola pública e seus profissionais. Esta atitude é vista como fator importante para o descrédito da sociedade em relação à profissão. Os educadores acreditam que a sociedade ignora a essência do trabalho docente, o cotidiano da sala de aula e também desconhece como acontece o desenvolvimento cognitivo, psicológico e físico dos estudantes, deixando-se levar pelas críticas da mídia.

Para os profissionais, é imprescindível que o governo garanta a formação continuada de boa qualidade, fora do horário de aula. Entretanto, ressaltam a necessidade desta formação ser construída na própria escola, com ampliação dos horários para estudo e planejamento. Para eles é fundamental trazer a formação contínua para o contexto da escola, decisão e controle dos educadores.

As políticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação devem ser específicas, consistentes, coerentes, contínuas e conjugadas à valorização profissional de todos, por meio de salários dignos, condições de trabalho e carreira. A formação inicial precisa articular-se com a contínua.

A carreira e a valorização profissional

*O tempo que eu hei sonhado
Quantos anos foi de vida!
Ah, quanto do meu passado
Foi só a vida mentida
De um futuro imaginado!*

Fernando Pessoa

Todos os relatórios criticam a adoção de políticas que não garantem salário digno pelos sucessivos governos do Estado. Para os profissionais da educação esta situação tem consequências: a perda do poder aquisitivo, da autoestima e o desinteresse dos jovens pela profissão.

Os aposentados não são esquecidos. Ao tratar do assunto, destacam a necessidade de uma política salarial que beneficie toda a categoria. A exclusão sistemática dos aposentados contribui para o descrédito da profissão e o afastamento dos jovens.

As políticas de bônus, gratificações e promoção por mérito adotadas pelo governo como possibilidade de aumento salarial são assim entendidas: elas punem aqueles que não conseguem melhorar o salário desta forma, excluem os aposentados e visam enfraquecer as entidades representativas da categoria. Na escola, contribuem para o aumento do já instalado mal-estar entre os docentes: de um lado os promovidos, do outro, os “incompetentes”.

Nas considerações a respeito do assunto, os representantes avaliam que o discurso da mídia, ao enaltecer a política de mérito e classificar os educadores que as criticam como incompetentes, contribui para o falso entendimento de que o profissional da educação “se quisesse” poderia progredir na carreira e, principalmente, que é desnecessária uma política que garanta salários, carreira e condições de trabalho dignas para toda a categoria.

Enfim, a avaliação direcionada para a punição e discriminação (tanto dos que estão na ativa, como dos aposentados), torna o processo de promoção perverso. Se o profissional avaliado estiver no limite de suas possibilidades, quer pela deficiência de sua formação inicial, quer pelas condições de vida e trabalho, ou outras razões, ao acreditar que está fazendo o que pode, mas não sendo reconhecido, tem sua autoestima abalada, gerando o sentimento de impotência.

A gente quer inteiro e não pela metade.

Antunes, Fromer e Britto

Quanto aos cargos previstos na carreira, os profissionais destacam o fato da contratação do professor eventual, as diferentes jornadas de trabalho e o corre-corre para completar jornada de trabalho, como fatores que dificultam o sentido de pertinência à escola. Esta situação dificulta o estabelecimento dos laços profissionais e, conseqüentemente, a construção da identidade do profissional enquanto categoria.

Neste contexto estão inseridas também outras formas de contratação, a mais perversa, segundo os relatórios, é a do professor Categoria "O". Perversa e ilegal, pois ao retirar os direitos deste profissional, contraria-se um preceito fundamental da nossa Constituição: todos têm direitos iguais.

Os Professores Representantes mencionam ainda o crescente afastamento de profissionais por razões de saúde e o sofrimento daqueles que tiveram a licença negada, que os obriga, mesmo sem condições, a trabalhar.

Ainda como consequência das políticas para a educação, os profissionais destacam o aumento do abandono da profissão e, mais, afirmam que o mal-estar na escola vem crescendo ano a ano em razão da desistência dos colegas. O clima de mal-estar entre aqueles que permanecem na escola nunca havia sido mencionado durante os quatro anos de prática dos relatórios.

Finalizando, nos relatórios, os educadores argumentam que as políticas públicas que objetivam a valorização e a formação dos profissionais da educação, de maneira geral, não atendem suas demandas e, conseqüentemente, as da escola pública. E que não é possível construir uma escola pública de boa qualidade se, para aqueles que lá exercem o seu ofício, não são garantidos bons salários, carreira atraente e melhor qualidade da formação inicial e continuada.



Organização e redação: Maria Claudia de Almeida Viana Junqueira.

Revisão: Antonia Amorim Alves. **Layout:** Adriana Lúcia Rodrigues